

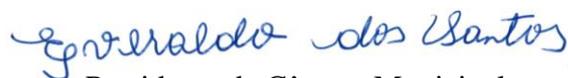
## **ATA DA 13ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 15 DE JUNHO DE 2015.**

Aos quinze dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze no Plenário da Câmara Municipal de Alagoa Nova, Estado da Paraíba, encontrava-se reunido o Sr. Presidente Everaldo dos Santos e demais vereadores: Mateus Pereira de Oliveira Araújo, Maria de Fátima Câmara de Souza, José Alexandre da Silva, Ailton Costa da Silva, Abraham Lincoln de Moraes, Ramilton Camilo Diniz, Maria Margareth Matias da Costa, Icaro Teixeira Rocha, Severino Ricardo da Silva e Vanusa Gonçalves de Almeida. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou aberta a Sessão e pediu a Secretária que fizesse a leitura da Ata da última Sessão, a qual foi aprovada por unanimidade. Foi lida também e submetida a discussão e votação a Ata dos trabalhos da 11ª Sessão Ordinária a mesma foi votada e aprovada por unanimidade. O Sr. Presidente Everaldo dos Santos, solicitou autorização do Plenário se o vereador Mateus Herculano Pereira de Oliveira Araújo, poderia participar da Sessão, uma vez que o mesmo se encontrava de bermuda, devido a escoriações consequente de um acidente de moto. O vereador Ramilton Camilo Diniz, disse que o mesmo tendo conhecimento do artigo 36, inciso VI do Regimento Interno da Casa, mas é favorável a permanência do vereador Mateus Herculano na Sessão. Levando em consideração que o mesmo, ferido, veio à Sessão. O Sr. Presidente consultou nominalmente cada vereador e todos foram unânimes que o vereador Mateus Herculano permanecesse em Plenário. Em seguida forma lidas as correspondências recebidas. Lido CM Nº 137284/2015, de 21 de maio de 2015, informando a liberação de recursos financeiros (VIDE CM). Lido ofício Nº 01/2015. Oriundo da Comissão Organizadora da Festa de Santa Ana. Assunto: Convite da festa da padroeira. Lido ofício circular Nº 02/2015, de 25 de maio de 2015. Oriundo do INTERPA – PB. Assunto: Suspensão temporariamente dos serviços de regularização fundiária nos municípios do território da Borborema. Lido o convite da VI Conferência Municipal de Saúde, dia 18/06/2015. Hora 08:00, local: centro artesanal “Raimundo Asfora”. Lidos ofícios Nº 13, 14, 15 e 16/2015, oriundos, digo, oriundos da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo. Em respostas aos ofícios nº 181, 009,008, 002/2015, enviados pelos vereadores: Abraham Lincoln de Moraes, Vanusa Gonçalves de Almeida e Ailton Costa da Silva. Lido ofício nº 03/2015, oriundo da Presidência da Casa. Assunto: comunicando que a última Sessão Ordinária do semestre acontecerá no dia 19 de junho de 2015, as 6:00h. Lido o Ata da Mesa Nº 06/2015. Resolve: alterar o horário de expediente da Câmara Municipal, no período de 22 de junho 2015 a 17 de julho 2015, conforme o quadro exposto: De segunda a sexta-feira o horário é de 7:00 às 13:00h. A Mesa da Casa fez a entrega dos exemplares da Lei Orgânica Municipal aos senhores vereadores presentes à Sessão. E comunicou que em breve será entregues os exemplares do Regimento Interno da Casa. A Mesa da Casa informou ainda que os Srs. Vereadores: Ailton Costa da Silva, Maria Margareth Matias da Costa e Mateus Herculano Pereira de Oliveira Araújo, são delegados na VI Conferência Municipal de Saúde por constituírem a Comissão de Educação, Saúde e Assistência da Câmara Municipal. E os demais vereadores são convidados a participarem da citada Conferência. Em ato continuo o Sr. Presidente deu inicio a Ordem do Dia, com a leitura do Projeto de Lei nº 323/2015, de autoria do Executivo Municipal, o mesmo

encaminhou o citado Projeto de Lei a Mesa da Casa, através do ofício nº 86/2015, juntamente com a mensagem. O Projeto de Lei nº 323/2015, acima mencionado “DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA O DECÊNIO 2015/2025”. Em seguida, a matéria foi encaminhada as Comissões Permanentes da Casa, através dos requerimentos números: 194, 195, 196 e 197/2015, para trâmites da legalidade. Em seguida foram lidos os Requerimentos a saber: 060, 061, 062, 063/2015. Os quais serão apreciados e deliberados pelo Plenário, na Sessão Ordinária do próximo semestre. Continuado foi lido pela Secretária da Casa, a Sra. Edinete Imperiano dos Santos, a convocação do Presidente do Instituto de Previdência de Alagoa Nova, o Sr. Jossandro Monteiro, afim de que o mesmo preste esclarecimentos a esta Casa, a respeito do déficit do citado Instituto, constatado pelo Tribunal de Contas do Estado – TCE. O Sr. Presidente solicitou do Plenário a deliberação da convocação para que a mesma aconteça sem ter sido requerida e votada em Plenário como rege o Regimento Interno da Câmara, no seu Artigo 128, parágrafo 1º. O soberano Plenário, representado pelos Srs. Vereadores presentes foi unânime na acatção da solicitação do Sr. Presidente. E assim acontecendo, a palavra foi facultada ao Sr. Jossandro Monteiro, presidente do IPAN. O mesmo se pronunciou e de forma democrática cumprimentou nominalmente o parlamento da Casa e a Mesa na pessoa do Sr. Presidente, Everaldo dos Santos, como também os funcionários da Casa e o público presente. E destacou a presença do chefe de gabinete, o Sr. Manoel Vieira de Ataíde. E continuando sua fala, disse que o déficit do qual fala as reportagens é uma coisa completamente diferente de débito. Falou de boatos que se comentou no município que o deixou muito constrangido. Mas também falou de sua satisfação em poder usar esse espaço na Sessão Ordinária para esclarecer essa grande polêmica, que se instalou nos últimos dias. E se colocou a disposição deste Legislativo Mirim para qualquer esclarecimento. Disse que a reportagem emitida em vários jornais e blogs foram mal interpretadas ou mal intencionadas por muitos aqui em Alagoa Nova e que a partir desses boatos, viu a necessidade de se pronunciar, inclusive em vários programas de rádio a exemplo do programa de Djair Marques e do ex-vereador Edimilson Sobral. E registou o incentivo de pessoas para que ele se pronunciasse a cerca dos boatos. E ressaltou que esses boatos se propagaram nos quatros cantos do Município, que existia um “rombo”, “um desfalque”, um débito de 76,6 milhões de reais junto ao Instituto de Previdência de Alagoa Nova. E indagou quando foi que o citado Instituto dispõe desse valor, afirmou que o máximo que se chegar foi ao valor de R\$ 2.800,00 na época que foi realizado o último concurso e que isso se deu em virtude da arrecadação de funcionários efetivos que aumentou devido a realização do concurso que passaram a contribuir para o IPAN. Falou que o que está acontecendo com o IPAN é uma deficiência na arrecadação e que a despesa está maior do que a receita. Informou que há, digo, afirmou que nesses 04 anos passados, aproximadamente 300 pessoas deixaram de contribuir para o IPAN e que isso corresponde a cerca de aproximadamente R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) de perda. Salientou que o IPAN de Alagoa Nova é o mais “enxuto” da Paraíba, pois tem aproximadamente em caixa R\$ 1.200.000,00 (Hum milhão e duzentos mil reais). Falou da perda de dez (10) médicos efetivos e da contratação de dez novos médicos que passarão a contribuir para a Previdência Nacional; disse que isso é o desfalque. Enfatizou que a reportagem da qual tanto se comenta é uma previsão atuarial.

E que medidas serão tomadas como a realização de concurso público, compensação providenciária, que é um dinheiro que o INSS deve ao município, no valor aproximadamente de 3 milhões de reais, daquele período de que abriu o IPAN e que as pessoas se aposentaram tendo contribuído para o INSS. Disse que o município assumiu as aposentadorias e que o dinheiro é do município. Citou que municípios como Esperança e Lagoa de Roça já conseguiram a devolução desse dinheiro e que Alagoa Nova também vai conseguir. Destacou que o TCE fez uma previsão para 10 anos; uma proteção. E que daqui a 10 anos o IPAN terá que tomar medidas para manter as aposentadorias, pensões e auxílio doença. E que daqui a dez anos faltará 76,6 milhões, isso não quer dizer que esses 76,6 milhões tenham sido desviado, nem retirado do IPAN. Falou de sua índole e de sua integridade, como também de sua irritação por ter sido desacatado por cidadão de fora que veio dormir na cadeia. Disse que está à frente do IPAN há uma década e que por isso aqui para esclarecimentos. O Sr. Presidente da Câmara, abriu espaço para os questionamentos dos Srs. Vereadores. O vereador Icaro Teixeira Rocha, inicialmente lamentou pela forma tendenciosa que muitos jornalistas de forma criminosa escrevem aquilo que divulga a seu bel prazer. E atribui também a forma crimosa, digo, criminosa a quem sabe a verdade e faz pessoas mais carentes de entendimento acreditarem em falsas verdades. Indagou se o IPAN tem alguma dívida com alguém, digo, com algum órgão ou pessoa, e se tem alguém inadimplente com o IPAN e se apenas o IPAN encontra-se nessa situação de déficit. O Sr. Jossandro respondendo as indagações falou que o IPAN não deve nada a ninguém. E que tem para receber. Fez esclarecimentos quanto a criação do IPAN, origem dos parcelamentos que foram aprovados pela Câmara na época. E que quase 60% dos municípios também encontram-se na situação de déficit. Comunicou seu pedido de exoneração da Presidência do IPAN, que segundo ele, não existe nada contra o Prefeito Kleber, e nem Ivaldo Moraes, essa sua decisão. O vereador Severino Ricardo da Silva questionou a respeito de aplicações no Banco do Brasil e o valor que tem. Informou que os débitos do IPAN, foram contraídas pelos ex-prefeitos Otávio Leite, Ivaldo Moraes e o prefeito Kleber Moraes, quando vieram com matérias para a Câmara aprovar parcelamento do IPAN. E por fim questionou do ponto de vista do Sr. Jossandro Monteiro, qual seria a medida para salvar o IPAN a médio prazo, se quando entrou na Presidência do Instituto havia débito? E qual a receita e despesas atual do IPAN. O Sr. Jossandro em resposta esclareceu que a solução para salvar, ou seja, paliativa seria a realização de concurso público e conseguir a compensação previdenciária, o que irá dar uma folga por uns 20 anos. Falou que a receita do IPAN é no valor de R\$ 393.649,39 (trezentos e noventa e três mil seiscentos e quarenta e nove reais e trinta e nove centavos). E as despesas é no valor de R\$ 496.037,38 (quatrocentos e noventa e seis mil e trinta e sete centavos, digo, quatrocentos e noventa e seis mil, trinta e sete reais e trinta e oito centavos) com folha de pagamento, contador, advogado, material de expediente. Salientou ainda que faz o reajuste do salário mínimo e do piso dos professores. O vereador Ailton Costa da Silva, falou ser conhecedor da índole do Sr. Jossandro Monteiro e questionou quais os benefícios do IPAN para os assegurados, porque o Sr. Prefeito não se pronuncia; se apenas o concurso público irá resolver, e se não seria melhor mudar o regime para o INSS. O Sr. Jossandro esclareceu a previdência própria a burocracia é menor quando se busca uma aposentadoria, auxílio doença. E que o INSS do Brasil não está organizado e

afirmou que o INSS está quebrado do mesmo jeito, encontra-se pior do que as previdências próprias. E quanto aos benefícios da previdência própria citou ainda a facilidade de tudo ser resolvido no próprio município. Falou ainda que quanto ao pronunciamento do Sr. Prefeito, só ele pode responder, e que talvez o Sr. Prefeito Kleber Moraes, não tenha informações suficientes, pois quando chegou aqui como Prefeito em 2009, o Sr. Jossandro já se encontrava no Instituto desde 2005. E que o Sr. Prefeito achou melhor o Presidente do Instituto se pronunciar por ser o gestor, e responsável pelo IPAN. Disse acreditar que o Sr. Prefeito pensa assim. A palavra foi facultada, digo, a palavra foi concedida ao vereador Mateus Herculano Pereira de Oliveira Araújo que indagou quanto ao número de vinculados ao IPAN. Respondendo o Sr. Jossandro, informou que quando assumiu a Presidência o número de beneficiário era em torno de 82, e hoje são 339 beneficiários. A palavra foi concedida ao vereador Ramilton Camilo Diniz, que comentou quando convidou o Sr. Jossandro Monteiro, há 3 anos atrás para prestar esclarecimentos já tinha essa preocupação da receita ser menor do que as despesas. Questionou qual a segurança do IPAN no futuro, e como, digo, e alegou que o INSS mesmo com dificuldades o governo federal tem como buscar soluções. E o IPAN não tem. Opinou que a mais viável seria mudar o regime de previdência para o INSS. E finalizando questionou se o Sr. Prefeito Kleber Herculano de Moraes, está preocupado em realizar esse concurso público, já que o paliativo para o IPAN seria a realização de um concurso público. O Sr. Jossandro Monteiro informou que mudar o regime para o INSS não é viável. E que o Chefe de Gabinete, o Sr. Manoel Vieira, informou que a prefeitura já se prepara para um novo concurso, já tem equipe formada e que o edital já encontra-se em fase de conclusão. E que a compensação previdenciária está próxima a entrar. Disse que hoje o IPAN tem hum milhão de reais, e que dá para pagar três folhas sem receber nada. Informou ainda que a prefeitura está com seus repasses ao Instituto atualizados. E que não é o momento de se precipitar para repassar o IPAN para o INSS. E acredita que irá se encontrar maneiras de manter em dia essa grande aquisição que foi o Instituto de Previdência de Alagoa Nova (IPAN). E finalizando sua participação, o Sr. Jossandro Monteiro, presidente do IPAN, agradeceu a oportunidade que lhe foi concedida para fins de esclarecimentos. E se colocou a disposição para mais informações, estando a frente do instituto ou não. E em clima de despedida disse que por 10 anos que passou a frente do Instituto se relacionou bem com todos. E que essa legislatura da Câmara foi a que se relacionou melhor com todos os vereadores. Agradeceu e encerrou as palavras. O Sr. Presidente da Câmara, comunicou a reunião das comissões na próxima quarta feira, dia 17, e que a última Sessão Ordinária deste semestre será realizada no dia 22 de junho, digo, 19 de junho as 16:00h. E em seguida observando-se as formalidades regimentais, o Sr. Presidente, Everaldo dos Santos, encerrou a Sessão. E eu, Edinete Imperiano dos Santos, redigi a presente Ata assinada por mim e por quem de direito. Plenário da Câmara Municipal de Alagoa Nova – PB, em 15 de junho 2015.

  
Everaldo dos Santos

Presidente da Câmara Municipal